



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Discurso na cerimônia de assinatura de contratos referentes à concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica que celebram a União e a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A e a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S/A

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 12 DE JUNHO DE 2001

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Ministro de Minas e Energia, José Jorge; Ministros de Estado aqui presentes; Governadora Roseana Sarney; Governador Almir Gabriel; Senhores Parlamentares; José Mário Abdo, Diretor da Aneel; Senhores empresários; Senhoras e Senhores,

Neste momento, toda a sociedade brasileira se preocupa com a questão da escassez de energia elétrica. E com razão, porque a crise, que atualmente estamos enfrentando é, de fato, séria. Foi isso que justificou as medidas de racionamento, que não são, naturalmente, agradáveis para ninguém, mas que são indispensáveis para evitar o mal maior que seria o risco de um “apagão”, como se diz popularmente.

O trabalho que eu qualifico de incansável, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, capitaneada pelos Ministros José Jorge e Pedro Parente, tem sido fundamental para articular as ações que se fazem necessárias para fazermos face às dificuldades atuais.

Eu já disse, em ocasiões anteriores, e repito agora: a resposta da sociedade a esse chamamento do Governo tem sido formidável. Ela tem

mostrado a fibra do brasileiro, a capacidade de enfrentar situações difíceis e, sobretudo, a consciência de cidadania. A sociedade entendeu a natureza do problema e já mostrou que vai fazer o que é necessário para superar essa dificuldade. Nós vamos fazer isso juntos, porque é uma questão do interesse de todos.

Em uma circunstância como esta sempre se abre, também, espaço para a demagogia, para os que procuram tirar proveito de uma conjuntura difícil para o País. Mas esses são uma minoria. O povo brasileiro já deu mostras de que não se deixa iludir por interesses mesquinhos.

Um exemplo disso está no fato de que a resposta à crise elétrica tem envolvido, e com grande êxito, um esforço notável de solidariedade entre os estados e entre as regiões do Brasil. É nessas horas que um país mostra que é, de fato, um país e que, por trás dele, há uma nação.

Algumas regiões sofrem mais do que outras com a seca. Mas o Brasil é um só, o sistema elétrico é interligado e não pode ser administrado em nível local. É preciso ter a visão de conjunto.

Mas há, também, uma dimensão política, e mesmo ética, dessa solidariedade. Uma região ajuda a outra, porque nós somos todos brasileiros e porque a dificuldade enfrentada, por um motivo, é preocupação de todos nós. E os brasileiros estão demonstrando que sabemos ser solidários.

É isso que nós estamos vendo no Brasil, neste momento de crise. E eu, realmente, repito, fico pessoalmente emocionado com essa resposta tão positiva e com essa mostra de unidade que, em última análise, é o que faz a força do Brasil.

Os dados, que têm sido difundidos pela mídia brasileira, pela imprensa, pela televisão, pelo rádio, demonstram que nós estamos conseguindo chegar bastante próximos daquilo que era necessário para evitar o “apagão”. E isto com uma rapidez, realmente, impressionante. O modo pelo qual as pessoas reagiram a esse momento de dificuldade enaltece o nosso povo.

Mas tão importante quanto enfrentar a crise é assegurar as soluções duradouras, que possam evitar que, no futuro, nos vejamos novamente em situações como esta. O desenvolvimento do País exige energia.

Por isso, a nossa perspectiva deve ser, no imediato curto prazo, o racionamento e a redução do consumo; mas, no longo prazo, e mesmo no médio prazo, a expansão da demanda por energia para as residências e as empresas. E é essencial aumentar a oferta de energia elétrica, o que envolve esforço em várias frentes.

Primeiro, na produção. Temos que ampliar a capacidade instalada. É isso, precisamente, o que nós estamos fazendo. Estamos levando adiante um programa de construção de novas usinas hidrelétricas que, até 2005, vão aumentar a potência instalada em quase 10 mil megawatts. E das termelétricas, que trarão um adicional de mais de 14 mil megawatts no mesmo período.

É sempre útil repetir que das 23 obras paralisadas que encontrei, no início do governo, 15 ou 16 já estão, hoje, gerando energia. Nós retomamos as obras que estavam paralisadas e acrescentamos um potencial razoável de energia.

Além disso, temos a previsão para mais de mil megawatts que virão de pequenas centrais hidrelétricas, somando-se, portanto, aos 10 mil megawatts de energia hidrelétrica e dos 14 mil megawatts, nesse período que vai até 2005.

No total, isso gerará um acréscimo de 25 mil megawatts, até 2005. Isso equivale a uma expansão de 36% da oferta de energia elétrica até 2005, tomando como base de comparação o ano 2000. Até 2002, serão 11 mil megawatts a mais. Isso implica a construção e o início de operação de termelétricas. Embora o plano original fosse de 49 termelétricas, nas revisões feitas pelo Ministro José Jorge será possível recuperar o tempo perdido pelas dificuldades, tanto de ordem regulatória quanto de ordem financeira e mesmo econômica, recuperar a energia e construir cerca de 30 usinas termelétricas até 2003, nos próximos três anos, o que dará, ao Brasil uma matriz energética mais segura e, portanto, reduzirá a vulnerabilidade do nosso regime à questão das chuvas.

É de notar que a existência de energia hidrelétrica é uma vantagem, mas que contém essa vulnerabilidade, porque depende das chuvas e, também, do uso, do manejo dos reservatórios. A verdade é que nós temos, hoje,

como capacidade instalada, cerca de 75 mil megawatts. O momento de maior pico de utilização, no Brasil, já ocorrido em um dia, foi de 56 mil megawatts. Portanto, temos, efetivamente, uma sobra de potência instalada de quase 20 mil megawatts.

Digo isso porque muitas pessoas não percebem a natureza da crise que estamos enfrentando, que não é derivada da falta de potência geradora em termos de hidreletricidade, mas é derivada da falta de uma complementação dessa potência geradora de hidreletricidade por usinas termelétricas. Não custa lembrar que o gasoduto Brasil-Bolívia foi uma luta quase pessoal minha, quando era Chanceler, e que foi concretizada neste governo, em que conseguimos trazer o primeiro pipeline, o primeiro gasoduto que veio da Bolívia para cá, o que permitiu, juntamente com o gás da Petrobras, o início de modificação do nosso potencial de geração, complementando a hidreletricidade com a termoeletricidade.

Também convém ter presente que, embora eu saiba por informações que não são mais aprofundadas, a disponibilidade atual, tanto da Petrobras quanto do gasoduto da Bolívia, não permite ultrapassar 10 mil megawatts de termoeletricidade. Digo isso para que sejam comparados com os 75 mil megawatts instalados, para que não se proponham soluções que podem ser bonitas no papel, mas sem viabilidade prática. A transformação de um parque hidrelétrico em um parque termelétrico é um questão de 50 anos. E nem é conveniente que se faça isso, porque a hidreletricidade tem uma superioridade clara em termos de custo, em termos de meio ambiente, enfim, sobre a termoeletricidade, o que significa que a termoeletricidade é pensada, como está sendo, como complementar à hidreletricidade.

Dito isso, evidentemente, não basta dispor de capacidade de produção. É preciso que haja possibilidade de os reservatórios terem água – e nós enfrentamos uma crise, neste momento, de escassez de água nos reservatórios – mas é necessário também haver a distribuição. É preciso que tenhamos a capacidade que é fazer que a energia chegue ao consumidor. E, para isso, é preciso, portanto, também investir em linhas de transmissão.

Devo dizer que, entre 1990 e 1994, foram construídos 3.430 quilômetros de linhas de transmissão e que, de 1995 a 2000, foram construídos mais 5.850 quilômetros de linhas de transmissão – o que significa, portanto, que houve um crescimento muito forte na expansão nas linhas de transmissão. Portanto, houve investimento expressivo na questão tanto da produção de energia quanto na extensão das linhas de transmissão, como, muito freqüentemente, também os palpiteiros dizem que fal – ou isso, faltou aquilo e faltou aquilo outro. Deve ter faltado mesmo – mas, às vezes, falta também um conhecimento mais aprofundado que substitua a imaginação fácil por uma análise mais cuidadosa das situações, para verificar a complexidade das causas que levam, como de fato nos levaram, a esse momento de dificuldade na produção de energia.

Nós, hoje, estamos, no sentido da construção de linhas de distribuição, dando passos importantes com a assinatura desses contratos para a construção de mais de 1.200 quilômetros de linhas de transmissão no Norte e no Nordeste, tal como já o Ministro José Jorge mencionou aqui.

Quero dizer também que isso é algo que tem muito significado, porque são empresas nacionais que estão se juntando a esse esforço, em um voto de confiança no Brasil, sempre com o apoio do BNDES. Acho que é um ato de coragem de, neste momento, estarmos juntos – o setor privado e o setor público – fazendo o esforço necessário para a extensão dessas linhas.

Eu queria trazer uma ilustração do que disse antes sobre a interligação dos vários estados e das várias regiões do Brasil. Dos linhões que nós, hoje, estamos concedendo, o mais extenso irá, como já disse também o Ministro José Jorge, de Tucuruí a Presidente Dutra, no Maranhão, perto da divisa com o Piauí, com a capacidade de transmitir 1.200 megawatts. E será um esforço muito importante para ampliar a conexão elétrica entre o Norte e o Nordeste. Devo dizer que a outra linha vai estabelecer uma conexão também muito importante na região Norte, entre Tucuruí e Vila do Conde.

Mas devo dizer, no que diz respeito à questão das linhas de transmissão para o Nordeste, que a linha de Tucuruí ao Nordeste foi estabeleci-

da há coisa de um ano e meio. Naquele momento, na inauguração – alguns, aqui presentes, talvez tenham me acompanhado – o que se disse é que aquilo era um seguro para evitar problemas de energia no Nordeste, posto que nós tínhamos construído Xingó. E Xingó tem seis turbinas. Dessas seis, cinco foram feitas no meu governo. Uma foi iniciada pelo Presidente Fernando Collor e terminada pelo Presidente Itamar Franco. Fizemos cinco e mais uma linha de mil megawatts, trazendo energia de Tucuruí para o Nordeste.

Não obstante, os jornais, hoje e nesses dias todos, têm noticiado que a região mais crítica é o Nordeste. Por quê? Porque o rio São Francisco é a grande fonte abastecedora do Nordeste e enfrenta a maior seca dos últimos 70 anos. Então, não foi falta nem de linha de transmissão. E, se outra houvesse – como vai haver – de Tucuruí, tampouco serviria, se não houvesse, como haverá, a duplicação daquela usina, porque vamos fazer – estamos fazendo já – mais 4.000 megawatts, que começarão a ser instalados no fim de 2002. Sem esse adicional de mais 4.000 megawatts para trazer mais energia de Tucuruí para o Nordeste, seria deixar no escuro o Norte. Então, é fácil se imaginar, mas de pouco sentido prático trazer mais uma linha de Tucuruí para o Nordeste, porque não haveria, então, energia para gerar.

Digo isso porque acho que é necessário que a população saiba do esforço que está sendo feito na oferta de energia elétrica nos próximos anos. Se examinarmos o que foi feito nos últimos anos, vamos ver que houve progressos. De 96 a 2000, a capacidade – e, aí, me refiro à capacidade de geração elétrica, não termelétrica – aumentou cerca de 3.000 megawatts por ano. Há um famoso relatório de 96, em que no diagnóstico do setor elétrico se dizia que era preciso crescer, pelo menos, 2.900 megawatts. Pois bem, crescemos 3.000 megawatts por ano. Isso se compara com a média de 1991 a 95, quando foi da ordem de 1.200 megawatts. Quer dizer, quase triplicamos, de 95 a 2000, a produção e a oferta de energia elétrica, comparada com o quinquênio anterior. Houve, portanto, preocupação com isso.

Mas é, naturalmente, importante reconhecer que, embora tenhamos feito muito, isso não foi suficiente. A prova disso é a situação que esta-

mos enfrentado hoje, desse racionamento. Nesse momento, a responsabilidade maior do governo não é simplesmente dizer o que fez, mas é tomar medidas necessárias para que esse problema fique superado, o quanto antes possível, definitivamente, e para que o Brasil disponha da energia necessária para a continuidade do crescimento, a geração de empregos, a modernização da sua economia e para a confiança dos investidores, que, pelos dados que acabei de lhes dar – não só do que estamos fazendo como do que vamos continuar fazendo e a forma pela qual vamos acelerar a oferta de energia – poderão ver que vamos continuar nesse caminho e que, portanto, não há por que imaginar que haverá riscos no futuro.

Não quero que se tenha dúvida. Nós teremos êxito em superar mais essa dificuldade, como tivemos êxito em superar muitas outras dificuldades no Brasil. Teremos êxito porque cada brasileiro, hoje, está dando a sua colaboração e porque estamos trabalhando efetivamente, com afinco, com toda a prioridade e urgência para aumentar a oferta de eletricidade.

É com essas palavras, Senhores e, sobretudo, àqueles que, hoje, assinam este contrato, que termino dizendo que o fundamental é agradecer ao povo, continuar trabalhando e manter a confiança no nosso país. Vamos superar esta e qualquer outra dificuldade que se nos anteponha, para que nosso povo possa, crescentemente, gozar das benesses de um país mais seguro, não só na oferta de energia, mas em geral, e com a capacidade de dar condições de vida prósperas e melhores para cada brasileiro.

Muito obrigado.